

<b>NOVO</b>  16-07-2021	Periodicidade: <b>Semanal</b>
	Classe: <b>Informação Geral</b>
	Âmbito: <b>Nacional</b>
	Pagina(s): <b>11</b>

**GOVERNO**

# Remodelação só deve ocorrer após as autárquicas

Negociações orçamentais, férias e congresso do PS podem atirar mexidas na equipa para o pós-eleições. Em Belém há a convicção de que António Costa só pretende mudar peças a partir dessa data

**Cristina Rita**  
cristina.rita@novolapaneuws.pt

**A**pressão no PS mantém-se para que António Costa mexa na equipa governamental e em Belém, onde o assunto é acompanhado com atenção, a convicção é a de que a remodelação só ocorrerá depois das eleições autárquicas de 26 de Setembro. O tema animou o debate interno entre socialistas, com a soma de "casos" e o desgaste do Executivo, mesmo sabendo-se que o primeiro-ministro não gosta de fazer alterações na sua equipa.

Porém, olhando para o calendário, não haverá muita margem para António Costa avançar com uma remodelação antes do acto eleitoral de Setembro - este mês arrancam as negociações com todos os partidos que podem vir a viabilizar o Orçamento de 2022, é preciso afinar o debate do Estado da Nação, e, por fim, o chefe de Governo pretende tirar uma ou duas semanas de férias na primeira quinzena de Agosto.

O congresso do PS, a 28 e 29 de Agosto, servirá de balão de ensaio

para as eleições autárquicas - com os socialistas a gozarem de larga vantagem na liderança de municípios - e, em seguida, entra-se na campanha eleitoral. Por fim, os ministros têm agenda programada para este mês e para o próximo e não é crível que o primeiro-ministro queira alterar a equipa durante o Verão (a não ser que seja obrigado). Acresce que António Costa não pretenderá dispensar governantes do elenco governamental enquanto não se esgotar a distribuição da chamada primeira tranche (2,2 mil milhões

**Chefe do Executivo querará associar actuais governantes à aplicação da primeira tranche do Plano de Recuperação e Resiliência que vem de Bruxelas**

de euros) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), aprovada e desbloqueada ainda este mês, apurou o NOVO. Dito de outra forma: Costa tenderá a associar os actuais ministros à primeira fase de execução do PRR, depois de terem trabalhado na sua preparação e submissão a Bruxelas (e também ao Parlamento).

Tudo somado, as contas dificultam saídas e entradas no Executivo entre Julho e Agosto.

Esta semana, o primeiro-ministro venceu a batalha dos apoios sociais, com o Tribunal Constitucional a dar-lhe razão no pedido de fiscalização sucessiva das medidas (aprovadas no Parlamento com o voto contra do PS) e a promulgação presidencial. Este foi o momento mais difícil da coabitação entre Belém e São Bento no arranque do segundo mandato de Marcelo Rebelo de Sousa, ainda que os efeitos das medidas já aplicadas se mantenham. Ou seja, quem recebeu o reforço de verbas para mitigar os efeitos económicos da pandemia até à decisão do Tribunal Constitucional não tem de ressarcir o Estado. Belém perdeu a guerra jurídica, mas ganhou no impacto social.